

FNPM - Biblioteca

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

**REVISTA DO SERVIÇO
DO PATRIMONIO
HISTORICO E ARTISTICO
NACIONAL**



1937

RIO DE JANEIRO

no 1

CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA PROTEÇÃO AO MATERIAL ARQUEOLÓGICO E ETNOGRÁFICO NO BRASIL

No plano geral de proteção á documentação arqueológica e etnográfica (quer indígena, quer de populações néo-brasileiras), ha uma série de aspectos a considerar sucessivamente. Aspectos muito vários por sua natureza e, por isso mesmo, interessando, às vezes, serviços públicos já existentes mas enquadrando-se perfeitamente dentro das finalidades visadas pelo SPHAN.

Bem estudados, entretanto, os interesses de cada serviço, só poderão resultar grandes vantagens gerais da sua colaboração.

Assim, haveria que ser tomada em conta a proteção a:

- I) jazidas arqueológicas;
- II) coleções e espécimes arqueológicos e etnográficos que se achem em museus ou quaisquer outras instituições federais, estaduais, municipais, públicas ou de propriedade particular.
- III) produtos de arte de populações indígenas ou néo-brasileiras atuais que, tendo possuído um patrimônio de cultura original, se encontrem em condições precárias econômicas e sociais e se revelem, assim, incapazes de defender o seu regime normal de vida.

Cada um desses aspectos requer um estudo minudente. Cada caso exigirá uma medida especial. Só o conhecimento das circunstâncias cercado cada um deles poderá inspirar as normas a serem aplicadas. Alguns parecerão, de início, insolváveis e possivelmente o serão. Mas o certo é que uma atuação *continuada, esclarecedora e suasória* e ao mes-

mo tempo *enérgica* ainda poderá salvar muita coisa do nosso patrimônio artístico e científico no domínio da antropologia.

* * *

Para começar já se pode fazer um pouco mais do que apresentar idéias gerais sobre o assunto. Já se podem registrar alguns dados peculiares a certos tipos de jazidas e mesmo informações referentes a algumas delas.

No entanto, para melhor conhecimento do terreno em que se haverá de operar, importa, antes de tudo, organizar mapas em que se assinalem as nossas principais jazidas arqueológicas, grupadas por tipos, para maior facilidade de compreensão. Convém ainda divulgar alguns dos elementos mais característicos das nossas culturas extintas e atuais. Interessados no que possuímos, por melhor conhece-lo, poderemos julgar mais convenientemente do valor dos achados que se nos deparem.

Não foi, nem podia ser propósito nosso apresentar uma relação completa dos achadouros. Em face da documentação que possuímos, não somente bibliográfica, mas de informações por nós recolhidas, no arquivo do Museu Nacional, desde a sua fundação, ou contidas em cartas que nos são enviadas, bem como pelo testemunho das peças das coleções do nosso Museu, poderíamos apresentar um quadro muito mais detalhado. Não nos pareceu aconselhável esse alvitre logo no início da campanha em que se empenha SPHAN. O detalhe prejudicaria a formação de uma idéia equilibrada do conjunto das nossas riquezas arqueológicas.

Quando, em próximo número da *Revista*, tentarmos fazer uma revisão do que se tem estudado e apurado com relação a cada tipo de achadouro arqueológico e ministrar algumas instruções, que orientem as pessoas desejosas de realizar observações, será fornecida uma relação mais minuciosa dos repositórios. Mas esses mapas e essas relações, ainda assim, só poderão ser completos quanto exige um estudo científico acurado, quando o grande público estiver capaz de concorrer com a sua contribuição. A colaboração dos habitantes das diferentes regiões do país, brasileiros ou não, mas todos amigos da terra em que trabalham, é um contingente indispensável para a realização desse desiderato. Um sem número de achadouros que existem pelo nosso território e cuja

descoberta tem permanecido calada, só poderá ser conhecido com o auxílio dos particulares. Há uma série de achados noticiados apenas em modestos órgãos de imprensa local, que não ultrapassam região restrita, e ficam, assim, desconhecidos dos grandes centros.

A não ser a campanha em prol da organização da Exposição Antropológica de 1882, desenvolvida pelo nosso grande Ladisláu Netto, não me consta que já se tivesse realizado outra tentativa no gênero da que inicia SPHAN. Pelo menos nada de sistemático se fez. Alguns esforços individuais têm tido surto mas em medida muito pequena para que os resultados pudessem ser apreciáveis. No próprio Museu Nacional não há elementos para que se possa ir além de uma modesta campanha movida pelos naturalistas e mantida exclusivamente pelas suas possibilidades individuais. Nesse particular poderiam ser memorados muitos episódios curiosos. Mas não interessam ao caso.

I — PROTEÇÃO A'S JAZIDAS ARQUEOLÓGICAS

Fatos de diversas naturezas vão condicionando a destruição das nossas jazidas arqueológicas. Pelo menos de tres ordens diferentes podem ser logo apontados: danos causados pelo tempo; ignorância ou descaso do povo, mesmo das classes medianas quanto ao valor desses repositórios; interesses econômicos imediatos.

A primeira destas causas nem sempre poderá ser combatida; tal é o caso de jazidas que se achem no litoral ou á margem de rios. Essas faixas de solo mais ou menos móveis vão sendo solapadas pelo atrito das aguas e esboroam-se, por fim, as barrancas, desaparecendo o terreno que encerrava a documentação arqueológica. Temos no Brasil um exemplo clássico, documentado em diferentes fases da pesquisa arqueológica entre nós. Quando, por volta de 1870, Barboza Rodrigues se pôs a estudar os *miracanguera* situados á margem esquerda do Amazonas, um pouco acima de Itacoatiára, já encontrou vestígios de que o antigo cemitério dos Manáo não estava íntegro, parte havia sido arrebatada pelo curso do Rio. Essa destruição, que o naturalista patricio estimou consideravel, foi se ampliando sempre; hoje, nada mais resta do antigo enterratório. Curt Nimuendajú, quando o procurou, pelo ano de 1925,

nada mais encontrou. O Amazonas encerrará, no seu leito, muito documento precioso daquela velha cultura. Sem falar de outros...

Ainda um fato documentando idêntica ação das águas do mesmo rio foi por nós observado em Marajó. Na contra-costa da grande ilha (como se exprimem os paraenses moradores ao sul do Amazonas), desde a cidade de Chaves, aproximadamente, até, pelo menos, o lugar em que se acha a casa grande da Fazenda Catarina, de propriedade da Família Pedro Chermont, a ilha vem sofrendo constante erosão. As casas mais antigas da cidade de Chaves, estão atualmente dentro do Rio. A bela casa de madeira da Fazenda Catarina já foi recuada e o curso d'água cada vez lhe chega mais próximo.

A erosão ali, ficou bem documentada, vem se processando desde tempos precolombianos. Não somente as instalações de néo-brasileiros a atestam, em tempos históricos, mas também uma jazida arqueológica indígena, contendo elementos de cultura não referida em documento histórico até hoje conhecido, a recuam a tempos anteriores à conquista européia. Nas proximidades da casa da fazenda a que me venho referindo, aproveitando o quarto minguante, com a sua conseqüente baixa de maré, pudemos, em certa hora do dia, fazer excavações em lugar que os vaqueiros haviam apontado como contendo cerâmica. Verificamos, então, que se tratava de uma ilha (1) assentando em terras conquistadas pelo rio e que teria constituído um *teso* (2) artificial em tempos distantes.

Ainda pudemos recolher, ali, fragmentos da cerâmica, por assim dizer clássica de uma cultura de Marajó (gravada *au champ levé*); de

1) — *Ilha*, em Marajó, como em outras regiões alagadiças amazonicas, corresponde ao que aqui no sul chamamos *capão de mato*. É o tufo de vegetação que sobressai ao nível do campo e que lá, ao tempo de inverno (estação chuvosa), em que as águas cobrem a planície imensa, simula perfeitamente uma ilha verdadeira, emergindo das águas. Daí a sua designação, como a de muitos outros acidentes geográficos marítimos, aplicados a acidentes geográficos terrestres, nesses lugares. A frase de um vaqueiro com quem viajávamos para o Pacoval do Cururu' merece registro pelo pitoresco com que documenta o fato: "Branca, depois que a gente passar a ilha do Atalaia, damos numa enseada que abre na baía onde se avista o Pacoval". Note-se que viajávamos a cavalo. De fato, depois de atravessarmos um capão de mato, de chão muito limpo, e que na orla oposta à da nossa entrada tinha uma forma circular, demos num imenso campo que, na linha do horizonte tocava o céu. Uma pequena mancha acinzentada que foi crescendo aos nossos olhos, à medida que avançávamos, cortava essa linha: era o Pacoval do Cururu'.

2) — Terreno elevado que fica a seco ao tempo das inundações.

permeio encontramos raízes de árvores, resquícios da vegetação da ilha desaparecida.

Obras de arte de engenharia tais como quebra-mares, diques, desvio de cursos de água, etc., visando proteção de remanescentes arqueológicos em tais condições, custariam tamanhas somas de dinheiro que é inútil cogitar delas. Há, no entanto, processos de fixação de solos móveis ou constantemente atritados por agentes naturais e que têm provado de modo eficiente. Além dos casos de fixação de dunas por meio de pinheiros marítimos e outros vegetais que têm sido experimentados com êxito, em climas e condições gerais muito diversos dos nossos, ainda encontramos muitos exemplos desenrolados em climas tropicais e em circunstâncias análogas às do nosso meio.

Pierre Deffontaines recorda como, na embocadura do Mekong, na Cochinchina, a vegetação vai permitindo ao delta ganhar espaço em prejuízo do mar. Nas proximidades do Tonkin fizeram-se grandes plantações de mangue, espécie vegetal particularmente propícia á fixação do solo, não só pela abundância e tipo de raiz, como pela multiplicação rápida e segura que lhe determina processo peculiar de germinação da semente.

Ainda é o antropogeógrafo francês que acentua o fato de como a destruição de florestas concorre para a intensificação dos processos de erosão pelas águas fluviais; a mata é uma possante absorvedora de água: uma vez destruída, os cursos que a atravessavam, achando-se sobrecarregados do excesso de líquido que ela devera ter absorvido, engrossam e atacam com maior violência as margens. Assim, como causa remota de destruição de certas jazidas arqueológicas, ainda poderia entrar em conta a destruição das florestas. Como se já não respondessem, entre nós, por tantos outros males. Entre nós a fixação de dunas pelos vegetais já tem sido tentada com êxito: (Vide Miranda Carvalho — *Estudos de Portos no Brasil* — Rio, 1930). A defesa do solo contra erosão marítima ou fluvial, parece-me ter sido menos estudada. No entretanto, essa proteção, valendo-se de certos tipos vegetais, escolhidos dentre os que apresentassem melhores condições para a finalidade visada, e tanto quanto possível, dentre as espécies existentes em cada lugar em questão, no momento, não pode ser desprezada. Seria assunto a assentar entre engenheiros, botânicos e etnógrafos.

Na mesma praia de Marajó de que venho tratando, os proprietários da fazenda procuram estimular o desenvolvimento do aturiá (*Machae-rium lunatum* ou *M. ferox*), espécie que cresce espontaneamente ali. O emaranhado das raízes do aturiá e o seu processo natural de multiplicação por mergulho dos gaihos resultam em uma trama resistente que protege bastante o solo contra os embates do rio. E' verdade que a planta se mostrava, às vezes, rebelde á vontade do homem; nem sempre se desenvolvia no sentido que era desejado. Isso pudemos observar em 1930; nestes sete anos, a experiência recolhida pelos fazendeiros do lugar, pessoas cultas, zelosas da sua propriedade e grandemente interessadas em qualquer movimento progressista, já poderá dar alguma indicação utilizavel nesse particular.

Aliás, o aturiá não será o único vegetal a empregar. Cada solo, cada feição topográfica elegerá o seu.

Ha certos casos de erosão em que a defesa por meio de uma construção deve ser experimentada. Trata-se de erosão de montículos em terra firme. Talvez que, no paçoval do Arari (1) ou em outros *tesos* de Marajó, um escoramento, por estacas, das encostas da elevação, sustasse o processo de esboroamento que se realiza durante todo o ano, intensificando-se notavelmente de inverno. Não resta dúvida de que não somente os invernos respondem por essa destruição; ha outro fator, que arrolamos entre os de ordem econômica, cuja ação será, pelo menos, tão intensa como a das águas, se não mais forte, e de que trataremos adiante.

O emprego de vegetais para a sustentação direta das encostas dos *tesos* carece de atenção especial. E' preciso não esquecer o prejuizo causado ao material arqueológico pelas raízes de certas plantas que crescem sobre as jazidas. Nos *tesos*, como nos conchais, os exemplos são numerosos. Talvez algumas plantas de raízes fasciculadas e relativamente delicadas dessem bons resultados.

* * *

Só uma campanha longa e insistente, lançando mão de múltiplos recursos, poderá vir corrigir todos os males que decorrem da ignorância

1) — Por informação do Dr. Carlos Estevão soubemos que esse *téso*, cuja conservação constava estar em condições precaríssimas, já desapareceu.

do povo sobre o interesse que têm esses documentos de culturas primitivas, guardados no seio da terra e que, entre nós, vão se revelando quasi que ao acaso. A's vezes, manifesta-se não somente descaso mas um sentimento de avidez que leva as pessoas, ao encontrarem peças de cerâmica, a destruí-las, ato contínuo ao descobrimento, no propósito de apoderar-se depressa do ouro que supõem estar ali guardado.

A par dessa ignorância do povo, ainda ha os perigos que um falso espírito científico ou zelo de colecionador mal esclarecido condicionam. Procedem esses indivíduos à desarticulação de todo um repositório arqueológico no simples propósito de *achar* peças, descurando da observação e registro de todas as condições que possam conduzir á compreensão da marcha de formação da jazida. á reconstituição dos fatos passados. Destróem, sem a preocupação de deixar blocos-testemunho que, em qualquer tempo, possam responder da exatidão das suas asserções ou constituir objeto de novas pesquisas por outros observadores.

Pequenas publicações em linguagem acessível aos leigos serão um dos elementos de que SPHAN poderá se servir para a sua campanha nesse particular. Autoridades, com jurisdição sobre territórios relativamente restritos, deverão ser interessadas nesse trabalho como elementos primaciais para seu resultado feliz. E não somente autoridades leigas como também religiosas. Os funcionários itinerantes de certos serviços como, no Ministério da Agricultura, (geólogos em excursão, agrônomos e veterinários), no da Educação, (os que realizam trabalhos de saneamento), no da Viação (os das obras contra as secas), etc., poderão, com um pouco de boa vontade, representar uma ajuda de valor inestimável nessa campanha educativa.

Ainda a publicação de pequenos guias e instruções sobre o modo de proceder no caso de encontro de jazidas ou de simples peças arqueológicas, com algumas indicações de exemplos a serem seguidos, na hipótese de impossibilidade absoluta — por premência de tempo ou por outra razão plausível — de recorrer a algum instituto cultural, solicitando assistência para a coleta dos espécimes.

Na realidade, descoberta uma jazida, deveria ser feita a comunicação imediata ao prefeito, que por sua vez se obrigaria a dar ciência

do fato ao instituto sob cuja jurisdição SPHAN tivesse incluído o território em questão.

* * *

Os fatos, envolvendo questões de interesse financeiro ou de economia regional, que se acham ligados á exploração de certas jazidas arqueológicas, precisam ser estudados muito cuidadosamente. Trata-se, às vezes, de questões vitais para pequenas populações. Certas imposições, no modo de exploração economica das jazidas poderiam, talvez, solucionar alguns casos; seria compensado, de qualquer maneira, o individuo cujas atividades fossem cerceadas por essas imposições, de modo a não sofrer perdas maiores. A desapropriação completa da jazida seria indicada eventualmente. O Estado de São Paulo já se pôs na vanguarda, desapropriando as cavernas calcáreas do vale do Ribeira.

No caso de exploração industrial, acham-se sobretudo as cavernas calcáreas, os conchais e alguns areais constituindo enterratórios. E' especialmente para obter materiais de construção que essas jazidas são procuradas: a fabricação da cal e o provimento de areia para o preparo da argamassa. A mineração também entra em conta, pela exploração do salitre das cavernas, o qual foi bastante aplicado no fabrico de explosivos. Do que representou essa exploração dá idéia José Vieira Couto em suas *Memórias sobre as nitreiras naturais e artificiais de Monte Rodrigo* (Serra do Cabral) e no seu *Itinerário Mineralógico*. O Vale do S. Francisco foi bastante batido. A devastação não foi maior porque a dificuldade de transporte tornava o salitre extremamente caro. Como fonte de material para construção, as cavernas têm sido mais poupadas que os conchais. Tal fato, aliás, se acha em função da densidade de população, nas regiões em que predomina cada um desses tipos de jazidas. Mas, convem não esquecer, as condições de habitabilidade da região em que se encontram as mais importantes das nossas cavernas prometem mudar rapidamente: a construção do aero-porto em Lagoa Santa, tão auspiciosa para o desenvolvimento do vale do São Francisco, faz pairar uma nuvem negra sobre o destino daquelas jazidas.

Quanto aos conchais, já no primeiro século da descoberta escrevia Fernão Cardim: "... os índios naturais antigamente vinham ao mar às ostras, e tomavam tantas que deixavam serras de cascas e os miolos

levavam de moquem para comerem entre ano:... e destas cascas fazem", (os portugueses), "cal e de um só monte se fez parte do Collegio da Bahia, os paços do Governador e muitos outros edificios e ainda não he exgotado: a cal é muito boa...". Ha quatrocentos anos os conchais fornecem cal, ainda não estão esgotados, marcham para esse triste fim e estão longe de se achar convenientemente estudados.

Ainda no correr do ano passado, Raimundo Lopes, em excursão do Museu Nacional no Estado do Rio, pode ver que tambem ali é empregado o material de conchais para a pavimentação de estradas (de Cabo Frio a Campos Novos). Tenho notícia de semelhante utilização em Santa Catarina e em outros Estados. Aliás, não ha o que admirar nisso.

Nas regiões pantanosas, que foram exatamente propicias à formação de conchais, pobres em pedras, não existe outro material mais adequado para tal fim. O meio e o homem primitivo parecem ter colaborado no preparo do elemento a que recorreria mais tarde o homem, em estágio de cultura mais desenvolvido, para expandir o seu progresso.

Ainda são os brejos que levam os moradores de regiões pantanosas a escolher as elevações dos conchais para as suas plantações. A própria terra, tão misturada de matéria calcárea das conchas e propicia por isso a certas culturas, estimula esse aproveitamento. O preparo do terreno para plantações acarreta sempre prejuizos para o material arqueológico contido nos conchais. Mas, ao caboclo interessa mais a roça que a arqueologia e ele tem toda razão. E' muito provavel que a construção de *tesos* artificiais, destinados expressamente para plantações, viesse resolver o problema a contento dos caboclos e dos arqueólogos.

Alguns conchais têm sido sacrificados pela instalação de rodovias. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (Itapura—Corumbá), cerca de treze quilômetros antes de alcançar Porto-Esperança, na chamada Baía Margarida, valendo-se de terreno mais firme desviou da rota do seu traçado primitivo, que deverá mais tarde vigorar, indo ferir de cheio um interessantissimo conchal (1).

1) — Por solicitação nossa o Prof. Claude Lévi-Strauss, de viagem a Mato Grosso, deteve-se alguns dias nessa jazida. A época imprópria em que viajava não permitiu delonga maior no local e os trabalhos revelaram-se extremamente difíceis. A jazida, no entanto, por ocasião da sua descoberta, ofereceu documentação muito interessante que foi remetida ao Museu Nacional pelo engenheiro Dr. A. Penido.

Em São Luiz do Maranhão, foi demolida pela estrada, parte do sambaquí da Maiobinha, estudado pelo sr. Raimundo Lopes e que revela interesse singular, na série de variantes que os conchais apresentam.

Claro que essas destruições parciais, decorrentes de abertura de rodovias, poderão encontrar compensação nas condições especialmente propícias para estudos, que a instalação de trabalhos de engenharia proporcionam, na ocasião, e a facilidade de comunicações, em qualquer tempo. Revelada a jazida, caberia ao encarregado do serviço de rodovia solicitar o auxílio de um especialista, ou, quando impossível isso, de instruções que o orientassem na demolição da parte condenada a desaparecer em benefício dos seus próprios trabalhos. Na verdade, qualquer indivíduo empenhado em serviços no interior, dificilmente pode desviar sua atenção dos afazeres pessoais para atender a outros. O indispensável é que seja dado aviso da descoberta da jazida. Para os nossos naturalistas, viajando sempre em condições tão precárias que, na maioria das vezes, não conseguem realizar senão parte mínima do que deveriam ter feito, será uma felicidade inestimável poder contar com a instalação próxima de um serviço mais convenientemente aparelhado que o seu e de cuja colaboração eventual poderão se socorrer.

Cabe aqui uma palavra de pesar pela incompreensão existente entre nós quanto ao valor de trabalhos de pesquisa científica. Somente à sombra de empreendimentos visando fins utilitários é que se podem instalar, quasi que sorrateiramente, trabalhos maiores de estudo desinteressado. Depois que se intensificou a *caça ao petróleo*, tem sido possível realizar observações geológicas de certo vulto, levantar cartas geográficas mais seguras e proceder a outras observações de que a ciência tem beneficiado.

* * *

O processo de destruição dos remanescentes lacustres (esteirarias) do Maranhão vai sendo acelerado por motivos de ordem econômica, muito ponderáveis, aliás. A navegação do Turí, estrada natural da região, traz em constante ameaça as estacas restantes dos antigos aldeamentos indígenas. Acresce que o rio, não tendo sofrido modificações consideráveis em seu curso e nível, os poções, fartos em peixe, ocupando aproximadamente a mesma situação que ao tempo do domínio indígena, deter-

minaram, como o haviam feito para os selvícolas, a localização das populações pescadoras ribeirinhas atuais. Estas, na sua faina de pesca, vão aos poucos destruindo os restos das antigas aldeias, segundo pode ser documentado pelo sr. Raimundo Lopes.

Ainda são interesses de ordem econômica que estão contribuindo, mais do que a erosão do tempo e dos invernos, para o desaparecimento das jazidas contendo o material arqueológico mais rico do Brasil: os *mounds* funerários da ilha de Marajó. Nessas regiões, sujeitas a inundações periódicas, as populações indígenas, provavelmente no propósito de defender os seus cemitérios, construíram pequenos montículos artificiais. Durante a estação chuvosa, esses *tesos* oferecem abrigo vantajoso para o gado. São por isso prezados, não tanto para construção de casas — que geralmente fazem sobre estacas — como para abrigo do gado. As excavações, por esse motivo, não interessam aos fazendeiros, ao contrário, alguns as impedem. As peças de cerâmica calcadas debaixo dos pés dos animais ficam completamente destruídas. Além disso, quando encontradas pelos vaqueiros, são, muitas vezes, utilizadas como vasilhame de uso doméstico, seja para guardar comida de animais, seja como panela de cozinha.

No caso em consideração, poderia SPHAN facilitar, auxiliar o levantamento de *tesos* especiais para resguardo do gado durante as cheias, passando a ser os de construção indígena, uma vez escorados artificialmente, monumentos protegidos (1).

Eu mesma tive oportunidade de ver, na grande ilha, modestos *tesos* artificiais levantados por vaqueiros, para abrigar os seus pequenos jar-

1) — O regime de águas em Marajó, apresenta dois problemas capitais: o escoamento, tão rápido quanto possível das águas ao fim da estação chuvosa e o seu armazenamento nas fazendas centrais da ilha para o tempo de verão. Este é resolvido atualmente pelas barragens praticadas nas cabeceiras dos igarapés. Aquele de muito mais difícil solução, dada a sensível depressão do terreno para o centro da ilha tem sido objeto de vários estudos e as suas condições ainda não são satisfatórias.

O Dr. Inocêncio Bentes que durante 3 anos consecutivos realizou trabalhos geográficos e hidrográficos na ilha é certamente a pessoa mais autorizada a opinar sobre a proteção a ser aplicada aos *tesos* artificiais. Não lhe parece impossível o plano acima proposto. Ficceia que, em alguns casos seja dispendioso e acredita que a boa vontade e cultura dos fazendeiros encaminharão a questão para uma solução mais vantajosa.

dins das aguas do inverno. Um de maior vulto tambem vi, igualmente obra de néo-brasileiros, segundo me informaram, e no qual assenta a casa da pequena fazenda do Pacoval do Cururú.

A solução de cada caso, repetimos, só pode ser dada pelo seu estudo e exame direto. As sugestões dos fazendeiros de Marajó, na maioria pessoas cultas e perfeitos conhecedores do meio em que vivem, concorrerão certamente para o encontro de uma solução feliz. Ademais, o Pará, uma das nossas mais ricas províncias arqueológicas, se não a mais rica, tem a ventura de poder contar com os esclarecimentos judiciosos de Carlos Estevão de Oliveira, diretor do Museu Goeldi.

II — COLEÇÕES OU ESPECIMENS ARQUEOLOGICOS E ETNOGRÁFICOS EXISTENTES EM MUSEUS PERTENCENTES A UNIAO, AOS ESTADOS, AOS MUNICÍPIOS OU A PARTICULARES.

Quem trabalha num Museu de etnografia tem frequentemente ocasião de ser procurado por pessoas trazendo peças para serem examinadas e sobre as quais desejam algumas informações. São inúmeros os casos em que o consulente se mostra completamente incapaz de dizer alguma coisa sobre os antecedentes do espécime. Ignora onde foi achado, quem o encontrou, as circunstâncias em que se deu a descoberta, enfim tudo quanto constitue o fundamento sobre o qual se pode estabelecer qualquer estudo. No nosso Museu Nacional são inúmeras as peças, entradas por oferta, e que se acham nessas condições.

E', por conseguinte, indispensavel começar o trabalho de proteção ao material arqueológico e etnográfico já incorporado a coleções pela distribuição de instruções no sentido de organização de catálogos em que seja feito o arrolamento dos espécimes juntamente com o registro de todas as circunstâncias que puderam ser apuradas com referencia a eles.

No Brasil já avulta o número de instituições e pessoas possuindo coleções ou objetos que têm interesse do ponto de vista arqueológico ou etnográfico. Aqui fornecemos relação daqueles de que temos conhecimento, seja direto ou por informações.

MUSEUS FEDERAIS

Distrito Federal: Museu Nacional. Secção de Antropologia, Etnografia, Arqueologia. — No terreno da arqueologia, material do Perú, da Bolívia, etc.; Brasil: documentação de quasi todas as primeiras explorações realizadas no país: Marajó, Santarem, Maracá, Miracanguera, Monte Alegre, faixa ocupada pelos Tupis orientais, Conchais do Norte e do Sul, etc., bem como espécimes recolhidos em diversos pontos do território nacional. No terreno da etnografia cumpre salientar, dentre um sem número de espécimes e coleções preciosísimos, as dos Mundurucú, do Rio Negro, dos Nambikuara, dos Urubús, dos Apinajé, dos Canelas, Karajás, Xingú, etc. Para terminar, uma alusão ás peças da coleção etnográfica que, a serviço da Comissão Científica, recolheu, na Amazonia, Gonçalves Dias, o fundador dos estudos etnográficos entre nós. Coleção de etnografia sertaneja (regional). Coleção Egíptológica.

Museu Histórico Nacional: Merece referência especial o material de documentação etnográfica e histórica dos negros no Brasil.

MUSEUS ESTADUAIS

Pará: Belem — *Museu Paraense Emílio Goeldi.* Ricas coleções de cerâmica: Marajó, Santarem, Cunani, Maracá. Valiosas coleções etnográficas, salientando-se as de Frei Gil de Villanova e as de Curt Ni-muendajú.

Ceará: Fortaleza — *Museu da Escola Normal* — Algumas peças de arqueologia.

Pernambuco: Recife — *Biblioteca.* Museu em formação contendo algumas peças arqueológicas.

Distrito Federal: — Museu de magia negra, pertencente á Policia.

São Paulo: S. Paulo — *Museu do Ipiranga.* Belas coleções arqueológicas do Estado. Boas coleções etnográficas.

Museu da Universidade. Em formação. Belas coleções etnográficas dos Canelas, Tapirapé, etc.

Paraná: Curitiba — *Museu Paranaense,* recentemente transferido para a Municipalidade. Coleções etnográficas e arqueológicas, especialmente do Estado.

Rio Grande do Sul: Porto Alegre — Museu Júlio de Castilhos. Arqueologia e etnografia do Estado. Acha-se, segundo estou informada, em estado precário de conservação.

MUSEUS PARTICULARES

A maioria deles é constituída por pequenos museus pertencentes a instituições (a) particulares, quasi todas institutos históricos, arqueológicos e geográficos de cada Estado. Alguns pertencem a particulares (b).

a) *Amazonas: Manaus — Instituto Histórico.* Coleções etnográficas e arqueológicas, especialmente do Estado, acrescidas ha pouco tempo da coleção do sr. C. Jobim.

Pará: Belém — Instituto Histórico. Pequena coleção de peças arqueológicas.

Maranhão: São Luiz — Instituto Histórico. Material arqueológico indígena; etnográfico indígena e negro.

Pernambuco: Recife — Instituto Histórico. Peças etnográficas e arqueológicas.

Alagoas: Maceió — Instituto Histórico. Bela coleção arqueológica de Marajó e uma peça da Caviana. Alguns objetos etnográficos. Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio. Coleção etnográfica negra.

Baía: Salvador — Instituto Histórico. Artefactos de cerâmica e líticos indígenas. Coleção de etnografia negra.

Distrito: Federal — Instituto Histórico. Objetos arqueológicos e etnográficos.

Minas Gerais: Belo Horizonte — Academia de Ciências. Algum material paleontológico e peças líticas do vale do Rio das Velhas.

b) *Pará: Belém — Senhora Justo Chermont.* Peças de documentação arqueológica de Marajó.

— *Carlos Estevão de Oliveira* — Coleções etnográficas e arqueológicas de valor consideravel (muraquitans, cerâmica de Marajó, da Guiana Paraense, etc.).

Ceará: Fortaleza — *Museu Dias da Rocha*. Especialmente material de arqueologia do Estado.

— *Baltar* — Arqueologia do Ceará.

Pernambuco: Recife — *Severiano Filho*. Vaso de cerâmica encontrado na Serra dos Cariris.

Baía: Salvador — *Vital do Rego*. Coleção arqueológica do vale do São Francisco.

Distrito Federal — *Anna Amélia de Queiróz Carneiro de Mendonça* — Cerâmica arqueológica de Santarém.

— *Arthur Ramos* — Coleção etnográfica negra.

— *Família Barboza Rodrigues* — Peças valiosas de arqueologia indígena. Algumas de etnografia.

— *Cacilda Martins* — Muiraquitã, notável pelo tamanho e colorido da pedra.

— *Getúlio Dornelles Vargas* — Muiraquitã. Peça interessante por tratar-se, segundo estou informada, de espécime inacabado.

— *Lemos Basto* — Objetos etnográficos do Alto Amazonas.

— *Paula Barros* — Objetos etnográficos e arqueológicos especialmente amazônicos.

— *Raphael Pinheiro* — Objetos etnográficos.

— *Raimundo Lopes* — Primeiras coleções feitas em jazidas lacustres e conchais do Maranhão. Três muiraquitãs.

— *Simões da Silva* — Museu. Coleções arqueológicas e etnográficas.

São Paulo: S. Paulo — *R. Krone* — Coleção de crânios e de material lítico de conchais do Estado. Idolo antropomorfo de pedra, recentemente adquirido por um particular.

Paraná: Curitiba — *Museu David Carneiro*. Coleção etnográfica, sobretudo do Rio Negro. Amazonas. SPHAN já possui catálogo desse material.

Santa Catarina: S. Joaquim da Costa da Serra — *Padre Ernesto Schultz* — Coleção arqueológica.

São Francisco — *Carlos Berenhauser* — Coleção arqueológica constituída sobretudo de material da Ilha de São Francisco do Sul.

Rio Grande do Sul: Torres — *Família do sr. Balbino de Freitas* — Coleção arqueológica, sobretudo de material de conchais do litoral sul.

Minas Gerais: Belo Horizonte — Harold Walter — Material paleontológico do vale do rio das Velhas e algum material lítico da mesma região, bem como de outras localidades.

Cidade de Rio das Velhas — *Aurélio Dolabella* — Juntamente com as peças de interesse histórico, que constituem a maior parte da sua coleção, encontram-se alguns elementos de interesse arqueológico.

As informações, sumaríssimas e tão incompletas, aqui registradas, virão destruir a idéia falsa, que vem sendo propalada ardentemente, de que, em nosso país, ninguém se interessa pela arqueologia e pela etnografia. A relação supra — que não pode deixar de estar cheia de lacunas — mostra que o desinteresse não é tão grande como se pretende fazer crer. Longe de nós o propósito de espalhar que os estudos antropológicos não carecem de ser incentivados. Precisam e muitíssimo.

E' indispensavel que se estabeleçam relações estreitas entre os colecionadores espalhados por todo o Brasil e os institutos mais diretamente dedicados à pesquisa antropológica. Acreditamos que seja grandemente útil essa aproximação; aos institutos, pelas informações que receberem e aos particulares, pela melhor orientação e estímulo que, em beneficio das suas observações, lhes podem ministrar aqueles.

III — PRODUTOS DE ARTE DE POPULAÇÕES ATUAIS.

Finalmente, o problema de proteção aos produtos de arte de populações atuais, indígenas ou néo-brasileiras. Entende-se, naturalmente aqui, a expressão "produtos de arte", no sentido amplo de quaisquer manifestações da indústria humana, originais e peculiares a certos grupos e documentando aspectos do seu patrimônio material ou espiritual de cultura. E' claro que essa proteção implicaria necessariamente em proteção às próprias populações. Com referência aos indígenas, a incumbência é da imediata competência de serviço público já em funcionamento. Com relação a outros casos, seja proteção ao trabalhador nacional, sejam questões atinentes a pequenos problemas de economia regional, também interferem, pelo menos indiretamente, alguns serviços públicos já existentes. Não pode, porem, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional deixar de considerar a sorte dessas popula-

ções como estreitamente ligada aos propósitos visados, no seu programa geral de trabalhos.

A questão de amparo a populações néo-brasileiras quasi que não pode ser caracterizada em traços gerais. É por demais particular, especial, e só como tal poderá ser considerada.

O problema de proteção ao indígena, por sua vez, embora pedindo também estudo especial para cada caso, comporta algumas considerações mais generalizadas.

O simples fato de nos encontrarmos em face de gente que não consegue exprimir, ou sugerir sequer, o modo por que desejara ser amparada, que nem sempre é capaz de discernir o que convem lhe seja aplicado, deixa ao nosso inteiro arbítrio a decisão sobre o modo de proceder. Sem tirar da mente o nosso ponto de vista de civilizados — o que, me parece, nem corre risco de acontecer — seríamos obrigados a mergulhar profundamente, no tempo, de modo a nos colocarmos a nível capaz de julgar do maior interesse dessas populações, tão próximas de nós, no espaço.

Parece ocioso repetir aqui que a existência de serviços públicos da natureza daqueles a que vimos aludindo decorre do reconhecimento por parte dos civilizados de que os indígenas devem ser conservados, pela constatação do direito á terra que habitavam; pelo interesse que fornecem, para a melhor compreensão do espírito humano, que eles representam em condições mais primitivas; pela reparação que lhes é devida ao cabo de alguns séculos de perseguições. Em nossa terra, ainda persiste em muito espírito que se arvora em *progressista* a idéia de que o elemento aborigene deve desaparecer, quanto mais depressa, melhor. O grande *espírito progressista* dessa natureza não faz, na maioria das vezes, senão acobertar grandes ambições materiais; quer apoderar-se de terras pertencentes aos selvícolas. É a castanha, é a seringa, é a madeira das terras demarcadas para índios que desperta neles tamanhos pruridos de progresso; que os leva a manifestar-se desse modo e pior do que isso, a agir no sentido de apressar o desaparecimento do índio *atrasado e inaproveitavel*. Ilustrar a asserção por meio de exemplos levaria à constituição de uma biblioteca de muitas centenas de volumes...

Mais fácil fora registrar as exceções. São tão raras que não me ocorre uma só. Mas devem existir.

Ha quatro séculos não temos feito outra coisa senão proceder junto ao indigena de modo a faze-lo acreditar na sua inferioridade, colocando-o em condições inadequadas para o desarrollo do papel que o seu nivel cultural permite desempenhar com eficiência. Todo o mal tem sido pretender desloca-lo do seu quadro, destruindo uma cultura que rege a sua vida e oferecendo-lhe outra que ele ainda não está capaz de aproveitar. A própria atitude de passividade de certos grupos, já em contacto estreito com civilizados, não deve ser explorada no sentido de acelerar a adoção por eles do nosso modo de vida. Convem salientar perante eles todas as vantagens que, para o meio, representava a cultura que haviam possuido, de modo a que o seu ânimo se conserve eriguido. Sem que se lhes levante o moral deprimido, nada de duradouro se poderá conseguir. Conhecedores que já são dos elementos de cultura da nossa vida, pelo menos rural, conservarão deles o que lhes aprouver, mas é necessário que sintam que antes desse conhecimento, eles dispunham de meios que lhes permitiam viver livremente no seu ambiente, que dominavam de certa maneira. Quando a nossa cultura os interessar, eles que venham a nós, em vez de irmos nós a eles, levando-lhes elementos que, por mais vantajosos que nos pareçam, não se ajustam às suas condições de vida, sem causar choques, às vezes de consequências lastimaveis. Não se pretende, com isso, conservar os índios em estado de primitividade "para maior gáudio dos senhores etnógrafos" como já me foi dado ouvir certa vez. Mas para evitar que os selvícolas, *deculturados*, sentindo-se estrangeiros dentro do seu próprio meio, ao ouvir o motor de um barco a vapor, não acorram às margens do rio suplicando que os levem para a cidade, como é frequente ocorrer no Rio Negro, segundo o testemunho de tantos viajantes. Não são as *maravilhas* da nossa civilização que os atraem, move-os a repulsa que o seu próprio meio lhes inspira; a incapacidade em que se encontram de viver naquele lugar em que nasceram e onde teriam passado uma existência industriosa, livre e honesta, se uma *deculturação* brusca não lhes tivesse desajustado completamente as condições de vida. Esse meio eles não o reconhecem mais como o seu. Vindos para a cidade, não encon-

tram o ambiente que haviam sonhado. Raríssimos conseguirão situação apreciável porque as condições de concorrência são muito diversas. Mas ha sempre para os rapazes o recurso da malandragem e para as raparigas o da prostituição...

Os exemplos de desmoralização de índios causados por *deculturação* podem ser apontados quasi que em cada história de contacto de civilizado com índio. Na história do Rio Negro, talvez isso tenha sido mais bem documentado. Aquelas populações indígenas laboriosas e pacificas, habitando grandes casas para muitas familias, acham-se subordinadas a um chefe que regula todas as atividades direta ou indiretamente ligadas à economia da coletividade. Chega o civilizado, do seu ponto de vista e conceito de moralidade, considera as grandes casas como inconvenientes. Imediatamente a sua destruição é visada. Não é tarefa de realização fácil enquanto viva o velho chefe, imbuido da certeza de que a sua gente deve viver assim. Mas o futuro *tuchaua* vai sendo trabalhado lentamente, e, quando assume o poder, concorda na destruição da maloca tradicional do seu povo. Constroem-se as pequenas casas para cada família, arruadas. E' a desgraça que entra. A paisagem material muda completamente e, de modo mais nefasto ainda, o quadro moral. O chefe tem o seu poder afrouxado; houve outro, estranho à aldeia, que bruscamente mudou todos os velhos costumes. As diretrizes econômicas que regeram, até então, a vida do povo são completamente subvertidas. As novas crenças, que não destroem por completo as velhas, mas que as abalam sensivelmente, nunca chegam a penetrar profundamente na alma. O descrédito invade os espíritos; o desânimo, a pobreza se seguem irremissivelmente.

A destruição do grande abrigo, a cuja sombra se alentava tambem a lembrança da tradição de grandeza do povo, solapara o regime econômico cujos fundamentos residiam igualmente debaixo da imensa cobertura. Os indígenas nunca se haviam apercebido disso mas um dia sentiram a derrocada completa da sua grandeza. Todos os aspectos grandiosos do edificio haviam ruído.

No seu Relatório referente à fronteira com a Venezuela e Colômbia, feito no ano de 1928, de que me foi dado ler os trechos interessando a

etnografia, o coronel Boanerges Lopes de Souza traça um quadro impressionante sobre as condições sociais dos índios do Rio Negro.

O depoimento recente, feito por carta, de Curt Niemuendajú, com referência aos Cherentes *civilizados* não é menos desolador.

A chave do problema de proteção aos indígenas reside — e isso está bem claro na consciência de quantos já reflectiram no assunto — na demarcação de terras. Elas deverão ser suficientemente grandes para garantir o sustento dos selvícolas, de modo conforme às normas econômicas peculiares a cada grupo (caça, pesca, agricultura). Mas o seu sustento eles deverão consegui-lo a custa do seu próprio esforço e para que este possa ser rendoso cumpre não impor deformações ao quadro natural de vida dos selvícolas. Essas terras, no caso de índios ainda hostís ou vivendo segregados, deveriam ser completamente fechadas à penetração do civilizado e unicamente visitadas por empregados do Serviço de Proteção e por pesquisadores, sob o controle do Serviço. Aos índios seria dado instrumental mais adequado do que o que possuem para o amanhã das terras. Saberiam que havia um posto acessível a que poderiam recorrer em caso de necessidade. Resta a questão, mais grave, de regulamentação e fiscalização das atividades do *civilizado* com relação ao índio; deveriam ser rigorosíssimas e sem elas todos os esforços do Serviço seriam baldados. Na proteção ao indígena, é curioso, o *policciamento do civilizado* constitue, certamente, o aspecto mais complicado.

O mais seria trabalho do tempo e dos próprios selvícolas.

As grandes nações modernas já sentiram que, para resolver certos problemas econômicos coloniais, não se pode abstrair, sem risco de erro, dos ensinamentos que as ciências aplicadas vêm fornecendo. O que a antropologia tem podido apurar, especialmente com referência à psicologia do primitivo, constitue matéria de que não se pode fazer táboa rasa no planejamento de meios de proteção a indígenas. Só assim se poderá estabelecer bases científicas para tais trabalhos.

Alem disso, temos a felicidade de poder contar com um grande acervo de experiência que o Serviço de Proteção aos Índios tem acumulado nos

seus vinte anos de funcionamento e que, a cada instante, estará a ditar-lhe medidas mais adequadas de atividade.

O fato de estar, hoje em dia, o Serviço de Proteção aos Índios entregue ao Exército é muito promissor; é quasi que uma garantia da realização de um trabalho eficiente. Não só pela facilidade em fazer fiscalizar a aplicação das leis de proteção por intermédio dos numerosos destacamentos militares, espalhados por todo o país, como por uma questão de antecedentes históricos. O Exército tem sido, no Brasil, por tradição, um poderoso elemento de amparo ao selvícola.

Já em 1786, no seu *Diário da Viagem Philosophica pela Capitania de S. Joseph do Rio Negro*, escrevia Alexandre Rodrigues Ferreira, referindo-se à povoação de Santo Antônio do Castanheiro: "o que escrevo desta, entenda-o V. Ex. de todas as outras povoações até a de S. Gabriel.... Constava de oito palhoças e então se fincavam os esteios para a residencia do Director. Elle e os das demais povoações são soldados da guarnição da Fortaleza de S. Gabriel; o commandante os destaca para as dirigirem; uma observação fiz a respeito delles, que ao menos são mais activos e menos distrahidores dos indios para as suas negociações secretas, do que os directores paisanos, porque ao minimo desgosto que dão ao Coronel e a menor queixa dos indios, verificada que seja, irremissivelmente se segue o serem logo removidos e castigados. Delles não consta o que diaria e successivamente está constando dos outros" (os paisanos) "quero dizer, que as povoações por mais proprias que sejam em todo o sentido para todo o genero de lavouras, não podem fazer um arrozal, ou um cafezal etc., por não terem indios, ao que dizem os directores e elles, com 8, 5 e menos indios de portaria fazem e podem fazer, cada anno, 2, 3 e mais arrozaes"....

Seria quasi impossível alinhar aqui, de pronto, sem risco de incorrer em omissão grave, os nomes de militares que, desde Gomes Carneiro, em realização de trabalhos de viação, de demarcação de limites, de inspecção de fronteiras, prestaram à causa indígena o mais eficiente apoio. E todos bem sentimos que, se ainda ha, no Brasil, populações indígenas e remanescentes de antigas populações, nós o devemos ao esforço ingente de um official do Exército, o "general do trabalho, do pa-

triotismo e da abnegação” que, secundado por uma plêiade de militares, desde os mais altos postos até os mais modestos, pôs o seu ideal acima de quaisquer outros interesses e pugnou, do modo mais enérgico, em favor dos nossos conterrâneos das selvas.

Esta nota se desdobrará em outras tratando de diferentes aspectos de proteção ao nosso patrimônio arqueológico e etnográfico.

As sugestões, as informações, as críticas que ela possa provocar constituirão uma compensação não pequena ao trabalho de tê-la alinhavado. Ela valerá, quando mais não seja, por um apelo lançado a quantos possam auxiliar esta campanha cultural.

HELOISA ALBERTO TORRES.



Fig. 1

Campo de Marajó — Ac fundo uma ilha. No primeiro plano, o algodão bravo, denunciando a baixa.



Fig. 2

Vestígios de um antigo teso artificial indígena, dentro do Amazonas. Praia da fazenda Catarina, Marajó



Fig. 3
Interior de uma ilha de chão limpo. Marajó.



Fig. 4
Os aturiás na praia da Fazenda Catarina, Marajó



Fig. 5
A casa da Fazenda do Pacoval (Cururú), sobre estacas e assentando num teso artificial. Marajó